



Novo piano marca aporte histórico no Teatro Guaíra e inaugura temporada da OSP

Por três dias, a agitação usual deu lugar ao silêncio no palco do Teatro Guaíra. Foi ali que um novo piano de cauda Steinway & Sons, referência mundial entre músicos, “nasceu” para a Orquestra Sinfônica do

Paraná (OSP), em um processo minucioso de montagem, regulagem e afinação que transforma madeira, metal e tensão em música.

Mesmo silencioso, o trabalho foi celebrado. Antes da afinação, que iniciou na

última quarta-feira (11), alguns funcionários e direção do Teatro puderam acompanhar a abertura da caixa, ajustes iniciais e ouvir até alguns acordes do instrumento.

| Página 2

Paraná Competitivo: viaturas 100% produzidas no Estado refletem ciclo virtuoso de investimentos

A entrega 191 viaturas às polícias Militar, Civil e Científica sintetiza o poder do ciclo virtuoso do Paraná Competitivo. Os veículos entregues entre janeiro e fevereiro são os pri-

meiros 100% produzidos no Estado a partir da parceria da empresa Raytec com o programa de incentivo fiscal. E o resultado é, além de mais agilidade nas entregas, é a consolidação de

um ciclo no qual os investimentos em segurança se convertem em impostos que vão voltar aos cofres estaduais e se transformam em novos investimentos.

| Página 3

Paraná tem o maior caixa livre do Brasil para novos investimentos

O Paraná é destaque nacional de solvência fiscal e está entre poucos estados do Brasil que têm mais dinheiro em caixa do que dívidas, segundo levantamento da Secretaria de Estado da Fazenda divulgado na quinta-feira (19).

O principal destaque é a disponibilidade de caixa líquido, sem vinculações em despesas. Neste indicador, o Paraná tinha R\$ 10,5 bilhões de caixa livre para ser utilizado em janeiro de 2026. O desempenho paranaense supera grandes entes com economias maiores, como São Paulo, que aparece em segundo lugar com R\$ 5,9 bilhões, Paraíba, com R\$ 4 bilhões, e Santa Catarina, com R\$ 3,9 bilhões.

Com essa margem o Paraná tem conseguido ampliar os investimentos. O Estado reuniu o maior volume de investimentos para um mês de janeiro de toda a sua história em 2026. Foram mais de R\$ 776 milhões empenhados já no primeiro mês do ano, valor 181% maior do que o recorde anterior, registrado em 2025, quando o Estado destinou R\$ 276 milhões para este fim. Em comparação com 2019 (R\$ 32 milhões), o aumento é superior a 24 vezes. | Página 5

Com investimento de R\$ 9,4 milhões, Estado planeja concluir seis parques urbanos em 2026

Foto: Denis Ferreira Netto/SEDEST



Governo do Estado planeja entregar seis novos parques urbanos em 2026. Os projetos, financiados com recursos do Instituto Água e Terra (IAT) com apoio das prefeituras municipais, estão em execução em Ouro Verde do Oeste, no Oeste do Paraná; Nova Londrina, Santa Cruz de Monte Castelo e Querência do Norte, no Noroeste; e Arapongas e Assaí, no Norte.

A proposta visa recuperar áreas sujeitas a ações erosivas ou regiões de fundo de vale que sofrem degradação ambiental, alinhando a preservação do ecossistema local ao turismo e lazer. O investimento é de R\$ 9.491.216,69.

| Página 6

Nacional

Tese da AGU obriga autor de feminicídio a ressarcir pensão do INSS



Foto: José Cruz/ABR

Ações para responsabilizar financeiramente condenados por feminicídio por despesas com pensões por morte concedidas pelo INSS estão na mira da Advocacia-Geral da União (AGU).

Os processos com essa finalidade ajuizados pelo órgão federal cresceram oito vezes nos últimos três anos: passaram de 12, em 2023, para 54 em 2024 e, no ano passado, chegaram a 100. São as chamadas ações regressivas por feminicídio.

| Página 7

Destaques

PF apura vazamento de dados da Receita de ministros do STF

A Polícia Federal cumpriu, na terça-feira (17), quatro mandados de busca e apreensão nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, na investigação que apura possíveis vazamentos de dados da Receita Federal de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), parentes e outras autoridades nos últimos três anos.

Os mandados foram expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a partir de representação da Procuradoria-Geral da República (PGR). | Página 5

Dino proíbe novas leis que garantam “penduricalhos” acima do teto

Em uma decisão complementar proferida na quinta-feira (19), o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu a publicação e a aplicação de novas leis sobre o pagamento a servidores públicos de parcelas remuneratórias e indenizatórias que ultrapassem o Teto Constitucional, os chamados “penduricalhos”.

“Essa determinação vale inclusive para a edição de novos atos normativos pelos Poderes ou órgãos constitucionalmente autônomos”, destacou o ministro.

Segundo ele, a decisão visa a “esclarecer e complementar” a decisão liminar do último dia 5, quando o ministro determinou a suspensão de pagamentos realizados sem previsão legal expressa. | Página 8

Novo piano marca aporte histórico no Teatro Guaíra e inaugura temporada da OSP

Por três dias, a agitação usual deu lugar ao silêncio no palco do Teatro Guaíra. Foi ali que um novo piano de cauda Steinway & Sons, referência mundial entre músicos, “nasceu” para a Orquestra Sinfônica do Paraná (OSP), em um processo minucioso de montagem, regulação e afinação que transforma madeira, metal e tensão em música.

Mesmo silencioso, o trabalho foi celebrado. Antes da afinação, que iniciou na última quarta-feira (11), alguns funcionários e direção do Teatro puderam acompanhar a abertura da caixa, ajustes iniciais e ouvir até alguns acordes do instrumento.

Este é o segundo Steinway & Sons da história da OSP - uma das poucas unidades da marca “padrão-ouro” no Paraná - e o primeiro instrumento de uma leva de nove aquisições ao patrimônio da Sinfônica em 2026. O investimento histórico chega a quase R\$ 6 milhões e faz parte de um aporte maior, de R\$ 50 milhões, do Governo do Paraná no Teatro Guaíra.

Adquirido em outubro

do ano passado junto à fábrica norte-americana da marca tradicional fundada em 1853, o Steinway passou por cerca de quatro meses entre negociação, compra, montagem e envio para o Brasil.

Antes de desembarcar no Guaíra, no dia 15 de janeiro, o piano levou cerca de um ano para ser construído, num processo em grande parte manual que envolve mais de 12 mil etapas e cerca de 450 artesãos. A união entre arte, engenharia, tradição e sonoridade únicas justificam o preço (cerca de R\$ 3,5 milhões) e a preferência de 95% dos pianistas.

“É o melhor do mundo, o ‘Rolls-Royce’ dos pianos. A fábrica mantém a tradição de regulação, mecânica e resposta dos martelos à repetição de notas, tanto que os maiores pianistas do mundo só tocam em Steinways”, resume o regente titular e diretor musical da OSP, Roberto Tibiriça.

Aproximadamente 85% do instrumento é feito de madeira, escolhida e tratada durante anos. “A árvore é específica de países frios, além de ter só o miolo aproveita-

do. O cobre também é específico para soar, entre outras características que o tornam tão especial”, detalha Djalma Carvalho, técnico responsável pela montagem do piano no Guaíra.

O resultado é um timbre capaz de ir da dramaticidade extrema à leveza absoluta, com um som longo, sustentado e precisão no peso das teclas.

MONTAGEM

Diferentemente de outros instrumentos, um piano desse porte não chega “pronto”. A regulação final, em várias etapas, faz parte de sua construção e leva em conta a acústica do Teatro Guaíra, o tipo de repertório da OSP e o uso sinfônico do instrumento.

“Ele precisa de um ajuste principalmente tímbrico de projeção, apropriado para esse local, ou seja, ele vai ser montado para essa área. É um processo longo porque são muitos itens a serem não só checados e ajustados, mas, se a gente lembrar que o piano tem 88 teclas, cada ajuste tem que ser multiplicado por esse

número”, explica o técnico.

A pianista Analaura de Souza Pinto, uma das fundadoras da Orquestra Sinfônica do Paraná, foi fundamental na etapa final de montagem, testando o instrumento. Ela vem considerando o momento um presente, após completar 40 anos de OSP e prestes a fazer 70 anos de vida. O novo Steinway, que ela chama de “segundo”, será seu companheiro diário pelos próximos cinco anos, quando deve se aposentar compulsoriamente da função.

Todo esse processo fez Analaura relembrar emocionada os seus primeiros acordes, ainda criança, em um piano de brinquedo, e de não esquecer a atenção e o carinho que pretende manter com o Steinway “primeiro” que a acompanha na OSP desde 1990. Não se trata de um adeus. Após uma reforma completa, ele seguirá em uso ao lado do novo “irmão”.

Atual diretor-presidente do Teatro, Cleverson Cavaleiro também acompanhou os dois capítulos dessa história e celebrou o novo investimento que coloca o Guaíra

no mesmo patamar de grandes teatros e salas de concerto do mundo. “É uma mensagem de compromisso com a arte e valorização do artista, mas principalmente para o público que vai aproveitar essa ferramenta cultural por gerações, assim como o primeiro”, resume.

Ele lembra que, além de várias atrações gratuitas durante o ano, os concertos da Orquestra no Guairão continuarão a preços populares, de R\$ 20 (inteira) e R\$ 10 (meia-entrada).

OUTROS INSTRUMENTOS

Outros instrumentos musicais já estão em processo de compra ou a caminho do Guaíra: uma harpa de pedais da marca italiana Salvi (modelo Apollo, com 47 cordas), um órgão eletrônico sampleado da marca italiana Viscount, uma celesta, um cravo, dois contrabaixos de cinco cordas e dois trompetes de rotor, além de um console profissional de luz mais adequado aos novos equipamentos.

“Em 50 anos de carreira, eu nunca vi um investimento como esse. É um patrimônio que o governo do Estado está deixando como legado para a comunidade do Paraná e do país. É um sonho o que está acontecendo aqui”, afirma Tibiriça.

Ele explica que os instrumentos permitem ampliar repertórios e explorar novas possibilidades sonoras, refletidas diretamente na programação artística da Sinfônica em 2026. O programa foi organizado justamente em torno da apresentação de alguns dos equipamentos, com concertos dedicados a evidenciar suas características.

“Esse investimento demonstra a forma como o Paraná tem tratado a cultura, com respeito aos nossos corpos artísticos e aos equipamentos culturais, mas isso é para a população. A gente trabalha e investe para que isso aconteça, mas o público responder é nosso objetivo final”, afirma a secretária de Estado da Cultura, Luciana Casagrande Pereira.

(AENPR)

UEM obtém novos registros no INPI e amplia portfólio de inovação tecnológica

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) inicia 2026 com importantes avanços na área de propriedade intelectual com a concessão de registros de programas de computador e a participação em uma patente concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). As conquistas reforçam o papel da universidade na transformação do conhecimento científico em soluções tecnológicas protegidas, com potencial de aplicação acadêmica, institucional, industrial e social.

Entre os registros concedidos estão os softwares Obsidiana, Acesso_COR e HystTools 1.0, todos com a UEM como titular. As certificações asseguram o reconhecimento formal da autoria, a titularidade institucional e a organização jurídica das soluções, conforme a legislação brasileira aplicada a programas de computador, com validade de 50 anos.

O software Obsidiana, desenvolvido a partir de tecnologias web, foi criado pelos pesquisadores Gustavo Menon Miranda, Márcia Regina Paiva e Ronaldo Ranieri Bezerra. A ferramenta possui potencial de uso institucional e acadêmico e passa a integrar o conjunto de ativos digitais oficialmente protegidos da universidade.

Segundo Márcia Regina

Paiva, diretora da Biblioteca Central da UEM e uma das inventoras, o registro assegura a autoria e a titularidade institucional do software. “Além de organizar juridicamente seu uso e possíveis desdobramentos em outras frentes administrativas e acadêmicas”, diz.

Já o Acesso_COR – Aplicativo de Geolocalização, Tempo de Deslocamento e Acessibilidade aos Serviços de Reperfusão Coronária no Estado do Paraná, foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar formada por Luciano de Andrade, Carlos Eduardo Arruda, Juraci Leandro Júnior, João Marcelo de Souza Baptista, Hudson Rogério Wagner Leandro, Gustavo Cezar Wagner Leandro, Felipe Hideaki Ueda, Mateus Amorim Aboboreira, Miyoko Massago, Amanda de Carvalho Dutra e Sanderland José Tavares Gurgel.

A solução utiliza geolocalização e análise de acessibilidade para apoiar decisões rápidas no atendimento ao infarto agudo do miocárdio. “O aplicativo amplia a aplicação prática de pesquisas desenvolvidas na universidade, com potencial impacto direto na redução da mortalidade cardiovascular e na gestão dos serviços de urgência do SUS”, diz o professor Luciano de Andrade, do Departamento de Medicina.

Outro registro recente é o HystTools 1.0, desenvolvido na linguagem Python e voltado ao processamento e à análise computacional. O software tem como inventores Luiz Fernando Cotica, Gabriel Toldardo Colombo, Gustavo Sanguino Dias e Ivair Aparecido dos Santos, ampliando o conjunto de soluções tecnológicas protegidas produzidas no âmbito da UEM.

Além dos registros de programas de computador, pesquisadores da UEM também integram a equipe de inventores da patente “Aparato experimental para medidas de temperatura e pressão em sistema pressurizado”, concedida pelo INPI em 13 de janeiro, em cotitularidade com a Petrobras, responsável pelo pedido e pela gestão da patente.

A invenção propõe um aparato experimental para aquisição online de dados de pressão e temperatura durante a expansão de espécies gasosas em altas pressões, contribuindo para maior precisão na análise do coeficiente Joule-Thomson, com impactos diretos na segurança operacional e na eficiência de processos industriais.

A equipe de inventores da patente é composta pelos pesquisadores Lúcio Cardozo Filho, Paulo Cardozo Carvalho de Araújo, Regiani Apa-

recida de Almeida, Ricardo Vicente de Paula, Sebastião Paschoal Guerra, Vladimir Ferreira Cabral e João Rafael Perroni Ciambelli, reunindo especialistas de diferentes áreas do conhecimento.

As conquistas refletem a atuação do Núcleo de Inovação Tecnológica da UEM (NIT-UEM) na proteção e valorização dos resultados da pesquisa científica, fortalecendo a interação entre universidade, setor produtivo e sociedade. Ao ampliar seu portfólio de ativos de propriedade intelectual, a UEM consolida-se como um ambiente estratégico para o desenvolvimento de tecnologias com impacto real em áreas como saúde, computação e indústria.

O NIT-UEM foi criado para atender à Lei de Inovação nº 10.973/2004 e hoje é um dos principais elos entre a UEM e o setor empresarial, promovendo um ambiente favorável à inovação e desempenhando um papel importante na promoção da inovação tecnológica e do empreendedorismo na comunidade acadêmica. Sua atuação permite que os resultados das pesquisas acadêmicas sejam aplicados na solução de problemas reais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de Maringá, da região, do Paraná e do Brasil. (AENPR)



O SEGURO QUE TE PROTEGE EM TODOS OS MOMENTOS










FAÇA SUA COTAÇÃO ONLINE AGORA

 **(41) 9 9569-0022**

DALLAMARTHASEGUROS.COM.BR



DIVULGUE SUA EMPRESA OU SEU NEGÓCIO!

Consulte promoções e garanta os melhores preços e qualidade.

Peça seus blocos, banners, panfletos e cartões

FAÇA SEU PEDIDO: (41) 3077-1234

 Rua Conselheiro Laurindo, 2141

Expediente

Paraná Competitivo: viaturas 100% produzidas no Estado refletem ciclo virtuoso de investimentos

A entrega 191 viaturas às polícias Militar, Civil e Científica sintetiza o poder do ciclo virtuoso do Paraná Competitivo. Os veículos entregues entre janeiro e fevereiro são os primeiros 100% produzidos no Estado a partir da parceria da empresa Raytec com o programa de incentivo fiscal. E o resultado é, além de mais agilidade nas entregas, é a consolidação de um ciclo no qual os investimentos em segurança se convertem em impostos que vão voltar aos cofres estaduais e se transformam em novos investimentos.

Criado em 2011 com o objetivo de tornar o Estado mais atrativo para novos empreendimentos, o programa oferece incentivos e benefícios fiscais para empresas que desejam se instalar ou expandir operações no Paraná. Com isso, estimula a geração de empregos ao mesmo tempo em que fortalece a economia estadual como um todo.

E o caso da Raytec resume bem esse ciclo virtuoso. A empresa especializada na adaptação de veículos para viaturas e ambulâncias se enquadrou no programa com a instalação de uma nova fábrica em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, inaugurada no último



Foto: SEFA

meses de junho com investimento de cerca de R\$ 20 milhões. E os primeiros frutos dessa parceria já começam a aparecer.

A companhia entregou na última quarta-feira (10) 40 novas viaturas para a Polícia Militar inteiramente produzidas em território paranaense em conjunto com a Renault — que também está enquadrada no Paraná Competitivo. Em janeiro, já haviam sido entregues 125 unidades para a Polícia Civil e outras 26 para a Polícia Científica.

“Com a instalação da Raytec no Paraná, os impostos gerados pela venda desses veículos ao Governo do Estado ficam dentro do próprio Paraná, deixando de ir para outros estados, como acontecia antes”, explica o secretário da Fazenda, Norberto Ortigara. “Agora, o tributo circula e retorna para os cofres

do próprio Paraná”.

E por isso que a entrega dessas primeiras viaturas é tão simbólica, como ressalta o gestor do programa e diretor do Centro de Assuntos Econômicos e Tributários (CAET) da Sefa, Francisco Inocêncio. “Elas mostram como, graças ao Paraná Competitivo, o investimento pode se tornar cíclico, gerando mais recursos que serão novamente aplicados em prol do cidadão”, aponta. “É algo que só foi possível graças ao Paraná Competitivo”.

De acordo com o secretário da Segurança Pública, Hudson Leônico Teixeira, a entrega das viaturas reforça a capacidade de resposta das forças de segurança em todo o Paraná. “Quando o investimento público se conecta com a geração de emprego e produção local, quem ganha é o cidadão, com mais agili-

dade no atendimento e mais presença das forças de segurança nas ruas. Esse é o tipo de resultado que faz diferença no dia a dia da população”, afirma.

O Paraná Competitivo alcançou o melhor resultado de sua história em 2025, com a atração de R\$ 15 bilhões em investimentos privados para o Estado - valor 8% superior aos R\$ 13,8 bilhões registrados em 2024.

Ao todo, foram 136 contratos de parceria para implantação e ampliação de parques industriais em 49 municípios do Estado. De acordo com estimativas da AEET, a previsão é de que esses empreendimentos gerem cerca de 21,9 mil empregos diretos.

E o ciclo virtuoso do Paraná Competitivo não se resume apenas ao aumento na arrecadação tributária, mas nas contrapartidas que as empresas enquadradas oferecem como compensação pelo benefício fiscal recebido. Em 2025, esses reinvestimentos ultrapassaram a marca de R\$ 174 milhões aplicados em projetos de impacto social, por meio de ações relacionadas nas áreas da cidadania, desenvolvimento social, saúde, educação, esporte, trabalho, meio ambiente e cultura - o maior valor da história do programa. (AENPR)

Boletim Econômico e Empresarial Indicadores Econômicos – Brasil (9 a 15 de fevereiro 2026)

Indicador	Valor Aprox.	Leitura Estratégica
Dólar (USD/BRL)	R\$ 5,70 – R\$ 5,90	vies inst. e eleitoral
Ibovespa	viés negativo	sens. a ruídos fiscais
Selic	15,00% a.a.	per. prolongado
Inflação (IPCA 12m)	5,2%	exp. pressionada
Atividade Econômica	crescimento fraco	abaixo do pote.
Perojeção para 2026	cautela consolidada	invest. seletivos

Notícias Relevantes da Semana

Fevereiro e o Efeito Carnaval
* Redução de dias úteis
* Compressão temporária de faturamento B2B
* Atrasos em decisões comerciais
* Distorção estatística no 1º trimestre
Impacto pontual, porém relevante em um trimestre já frágil.

ANO ELEITORAL: AMPLIAÇÃO DO PRÊMIO DE RISCO

* Debate fiscal politizado
* Medidas de curto prazo com viés eleitoral
* Reformas estruturais travadas
* Elevação do risco-país
Empresas reforçam proteção de caixa e planejamento por cenários.

CASO MASTER, JUDICIÁRIO E AMBIENTE INSTITUCIONAL

O chamado Caso Master adiciona vetor institucional ao cenário. Principais efeitos percebidos pelo mercado:
1 - Judicialização de temas econômicos
Eleva risco regulatório e incerteza contratual.
2 - Insegurança jurídica
Aumenta custo de capital e reduz previsibilidade de longo prazo.
3 - Risco de descrédito institucional
Conflitos entre poderes ampliam volatilidade e prêmio de risco.
Não há crise sistêmica instalada, mas há aumento da percepção de risco.

ANÁLISE DE IMPACTO SETORIAL

- Setor Bancário
1 - Impactos potenciais:
* Maior seletividade na concessão de crédito
* Aumento de spreads
* Reforço de provisões
* Redução de exposição a setores mais sensíveis
Bancos tendem a adotar postura defensiva.
Instituições menores sentem mais o encarecimento do funding.
2 - Infraestrutura e Concessões
Altamente dependentes de:
* Segurança jurídica
* Estabilidade contratual
* Previsibilidade regulatória
Riscos:
* Revisões judiciais de contratos
* Insegurança em marcos regulatórios
* Atrasos em leilões e investimentos
Projetos de longo prazo podem ser postergados.
3 - Varejo e Consumo
Já pressionados por:
* Juros elevados
* Crédito caro
* Renda comprimida
Com aumento da incerteza:
* Consumidor adota postura defensiva
* Redução de compras financiadas
* Margens pressionadas
Empresas com caixa forte e menor alavancagem tendem a resistir melhor.

AGRONEGÓCIO

Mantém base exportadora sólida.
Pontos positivos:
* Dólar elevado favorece receita externa
* Demanda global resiliente
Pressões:
* Crédito caro
* Exigências ambientais
* Custos financeiros elevados
* Aumento de exigências de compliance
Produtores mais capitalizados tendem a ganhar escala.

MERCADO DE CAPITALIS

Ambiente institucional impacta diretamente:
* IPOs tendem a permanecer suspensos
* Emissões ficam mais caras
* Investidor estrangeiro exige prêmio maior
* Volatilidade aumenta
Fluxo externo permanece seletivo.

REFORMA TRIBUTÁRIA (IVA) - TRANSIÇÃO MANTIDA

CBS + IBS seguem cronograma até 2033.
Exportações desoneradas.
Créditos recuperáveis preservados.
Porém, a eficiência da transição depende de estabilidade institucional.

Com investimento de R\$ 1,8 milhão, Lacen amplia testagem e acelera diagnóstico da tuberculose

O Laboratório Central do Estado do Paraná (Lacen-PR) está liderando uma expansão na capacidade de diagnóstico de tuberculose na rede estadual de saúde. Com um investimento estratégico de R\$ 1,8 milhão da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), a unidade adquiriu cinco novos equipamentos Gene Xpert de alta performance.

Essa tecnologia garante que o Paraná mantenha uma das redes de monitoramento mais rápidas e precisas do país. O diferencial desse investimento está na eficiência do GeneXpert, um teste rápido molecular que detecta a presença da bactéria da tuberculose de forma muito mais ágil que os métodos tradicionais. Além de identificar o bacilo, o sistema

aponta simultaneamente a existência de resistência antimicrobiana.

Na prática, essa precisão auxilia o médico a definir, já no início do atendimento, o antibiótico adequado e mais eficaz para o enfrentamento da doença, aumentando consideravelmente as chances de cura.

A modernização permite que a equipe médica receba informações detalhadas sobre o perfil da bactéria de forma quase imediata. Essa agilidade é o que garante o início do tratamento otimizado, bloqueando a transmissão de cepas resistentes na comunidade.

Para a diretora do Lacen-PR, Célia Fagundes da Cruz, a unidade reafirma sua liderança nacional. “O laboratório hoje é o cora-

ção de uma rede que garante dados precisos e alta tecnologia para a saúde pública. Nossa experiência com o GeneXpert servirá como modelo para a expansão dessa tecnologia em toda a rede laboratorial nacional”, ressaltou.

Com os novos equipamentos, o Lacen-PR coordena a validação técnica em 14 pontos estratégicos do Paraná. A estrutura está alinhada às metas da Organização Mundial da Saúde (OMS), que prevê a redução de 90% das mortes pela doença até 2030.

Atualmente, a Rede Rápida está presente em Foz do Iguaçu, Pinhais, Curitiba, Paranaguá, Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Guarapuava, Campo Mourão, Araucária e no Com-

plexo Hospital de Clínicas da UFPR, além da recente inclusão de Toledo (via Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná- Ciscopar), Cascavel e Cornélio Procopio (através do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná - Cispn).

Este fortalecimento integra um cronograma constante de modernização do Lacen-PR. Além da rede de testes rápidos, o laboratório incorporou recentemente o sistema Deplex para sequenciamento genômico de nova geração e novas metodologias para identificação de surtos diarreicos em apenas uma hora, consolidando a vanguarda tecnológica da vigilância epidemiológica no Estado. (AENPR)



Empresa especializada em trabalhos de **PERÍCIA GRAFOTÉCNICA** e de **FALSIDADE DOCUMENTAL**, seja no campo judicial ou extrajudicial, desenvolve trabalhos que visam determinar a autenticidade ou falsidade de assinaturas, rubricas ou textos. Também desenvolve análises para identificação de adulterações ou falsificações em documentos diversos. Consultoria ou atuação judicial de Assistência Técnica em processos cíveis, criminais e trabalhistas, nos casos de incidente de falsidade de assinaturas ou documentos. Os laudos periciais emitidos são elaborados a partir da aplicação de princípios reconhecidos na área de criminalística e na ciência forense.



O **Jornal Polo Brasil**, em parceria com a Brasil Contabilidade, apresentará uma série especial em 10 capítulos com o objetivo de detalhar a Lei Complementar 214/2025 e o PLP 108, que regulamentam as novas normas de tributação no país. A partir de 2026, os atuais tributos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS serão substituídos pelo IBS (Imposto sobre Bens e Servi-

ços) e pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), conforme previsto na Reforma Tributária aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/2023. A série trará exemplos práticos e explicações claras para auxiliar empresários, contadores e contribuintes a se prepararem para essa importante transição.

Reforma Tributária - Capítulo 4

CRIAÇÃO E PRAZO

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, determina que o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG IBS) seja instituído até 31 de dezembro de 2025. Essa medida visa preparar a estrutura necessária para o início da vigência do IBS a partir de 2026, conforme a Reforma Tributária. Desde 1996

FUNÇÃO DO CG IBS EXEMPLO PRÁTICO AUTONOMIA

O CG IBS terá autonomia técnica, administrativa e orçamentária, sendo um órgão independente que não está subordinado a nenhum dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios). Isso garante neutralidade na gestão do novo imposto.

COMPOSIÇÃO



O Comitê será formado por representantes dos Estados, Municípios e Distrito Federal, com igualdade na representação, respeitando a diversidade federativa. Não haverá participação da União, pois o IBS é de competência exclusiva dos entes subnacionais.

FUNÇÕES DO CG IBS

O CG IBS terá como principais atribuições:

Gerenciar a arrecadação e a distribuição da receita do IBS entre os Estados, Municípios e o Distrito Federal;

Definir regras operacionais do IBS, como obrigações acessórias, procedimentos de fiscalização e auditoria;

Administrar o contencioso administrativo tribu-

tário do imposto;

Coordenar o funcionamento do sistema eletrônico unificado de arrecadação, compensação de créditos e repasse.

EXEMPLO PRÁTICO

Imagine uma empresa de comércio eletrônico que vende produtos de São Paulo para consumidores em vários estados e municípios do Brasil. Com o IBS:

A empresa fará o recolhimento do imposto em uma plataforma única, desenvolvida e operada sob coordenação do CG IBS.

O valor arrecadado será repassado automaticamente aos entes federativos destinatários da mercadoria ou serviço (ou seja, onde está o consumidor final), de acordo com os critérios definidos pelo Comitê



Se houver dúvidas ou controvérsias sobre a incidência do IBS, a empresa poderá entrar com recurso diretamente no sistema de contencioso do CG IBS, sem necessidade de acionar cada estado ou município separadamente.

Esse modelo visa uniformizar e simplificar o sistema tributário, reduzindo a burocracia para as empresas e garantindo justiça federativa na distribuição da receita pública



Deseja ficar por dentro das novidades contábeis? Acesse nosso canal escaneando o QR Code acima!

Carnaval no litoral do Paraná reuniu quase 500 mil pessoas no fim de semana

O Carnaval no litoral do Paraná reuniu cerca de 473 mil pessoas entre sábado (14) e domingo (15), conforme estimativas da Polícia Militar do Paraná (PMPR). A maior concentração de público foi registrada nos municípios de Matinhos, Guaratuba, Antonina e Pontal do Paraná, que concentraram grande parte da programação carnavalesca e do fluxo turístico no período.

Matinhos liderou a movimentação no fim de semana, com aproximadamente 290 mil pessoas, impulsionadas por uma programação diversificada e distribuída em diferentes pontos da cidade. O município recebeu blocos tradicionais, apresentações de bandas carnavalescas e desfiles com trios elétricos na região central, em Caiobá e na Praia Mansa, mantendo fluxo intenso de foliões ao longo do dia e da noite.

Em Guaratuba, cerca de 83 mil pessoas participaram das festividades entre sábado e domingo. A programação foi marcada principalmente por desfiles de trios elétricos e blocos de Carnaval ao longo da orla e na área central, além de atividades voltadas ao público infantil, como matinês, ampliando o perfil dos frequentadores e garantindo presença constante de famílias e turistas.

Antonina reuniu aproximadamente 50 mil foliões no pe-

ríodo, mantendo o formato tradicional do carnaval local. A cidade recebeu blocos de rua, apresentações de bandas musicais e desfiles de escolas de samba, realizados em áreas históricas do município, o que reforçou o caráter cultural dos festejos.

Já em Pontal do Paraná, a estimativa foi de cerca de 33 mil pessoas entre sábado e domingo, com eventos distribuídos em diferentes balneários. A programação incluiu desfiles de trios elétricos em Praia de Leste, Santa Terezinha e Ipanema, além de blocos carnavalescos e apresentações musicais em Pontal do Sul, contribuindo para uma movimentação expressiva e descentralizada ao longo da orla.

O planejamento operacional para o Carnaval 2026 foi estruturado de forma integrada, com base em análise técnica e no uso de recursos tecnológicos, visando a gestão de grandes fluxos de pessoas e a resposta rápida a ocorrências. As forças de segurança atuam de maneira coordenada no policiamento ostensivo, na organização dos espaços festivos e no ordenamento do fluxo de veículos e pedestres, com interdições programadas, controle de acesso e garantia de corredores livres para atendimento de emergências. (AENPR)

Voz Hispánica
Radio On-line
Bruselas - Bélgica

www.radiovozhispanica.com

Tu compañera en todo momento

reparos24h

WWW.REPAROS24H.COM.BR

FAWZE ABESS

41 99874-6042

CONTATO@REPAROS24H.COM.BR

LEIA O QR CODE

PF apura vazamento de dados da Receita de ministros do STF

A Polícia Federal cumpriu, na terça-feira (17), quatro mandados de busca e apreensão nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, na investigação que apura possíveis vazamentos de dados da Receita Federal de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), parentes e outras autoridades nos últimos três anos.

Os mandados foram expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a partir de representação da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Além das buscas, foram determinadas medidas cautelares, entre elas:

- monitoramento por tor-nozeleira eletrônica;
- afastamento do exercício de função pública;
- cancelamento de passaportes e a proibição de saída do país.

INVESTIGAÇÃO

Em nota à imprensa, a



Receita Federal esclarece que as operações de busca realizadas pela Polícia Federal se basearam em informações fornecidas pela própria Receita.

Além do inquérito que tramita no Supremo, a Receita informa que há uma investigação prévia em parceria com a Polícia Federal e que os resultados serão divulgados oportunamente.

O fisco também detalhou o andamento das investigações que miram o acesso indevido a dados de ministros da Suprema Cor-

te e seus familiares:

Em 11 de janeiro, a Corregedoria da Receita abriu um procedimento interno motivado por notícias veiculadas pela imprensa.

No dia seguinte, 12 de janeiro, o STF formalizou um pedido de auditoria completa nos sistemas da Receita para identificar os acessos suspeitos aos dados dos magistrados e outros contribuintes realizados nos últimos três anos.

RASTREAMENTO

A Receita Federal diz ter

intensificado o controle de perfis que acessam os dados dos contribuintes, desde 2023.

O órgão enfatizou que seus sistemas permitem o monitoramento total de acessos e qualquer uso indevido é detectável, audível e passível de punição administrativa e criminal.

“A Receita Federal do Brasil não tolera desvios, especialmente, relacionados ao sigilo fiscal, pilar básico do sistema tributário”, reafirmou a Receita Federal.

A Receita explica que a auditoria interna em seus sistemas está em andamento e que os desvios já detectados foram preliminarmente informados ao relator do inquérito no STF, ministro Alexandre de Moraes.

No âmbito das investigações da Receita, sete processos disciplinares foram concluídos, resultando em três demissões.

(Agência Brasil)



O QUE É O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA? PODE SER CUMULADO COM OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS?

O que é BPC/LOAS? É um dos principais direitos assistenciais garantidos pela legislação brasileira, considerado um benefício assistencial de prestação continuada para idosos e pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade social. Sendo para tanto, indispensável fazer uma análise criteriosa da composição familiar, registrada no CadÚnico, considerando a renda declarada e a situação de cada integrante do grupo familiar.

A regra geral é que o BPC não pode ser cumulado com nenhum outro benefício da seguridade social, inclusive aposentadorias, pensões ou auxílios pagos pelo INSS. Tal vedação está expressamente prevista na Lei nº 8.742/93, que proíbe a acumulação do BPC com qualquer outro benefício no âmbito da seguridade social ou de outro regime, exceto os de natureza médica, pensões especiais indenizatórias e transferências de renda constitucionalmente previstas.

Logo, uma pessoa que recebe o BPC não pode acumular os benefícios de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença ou qualquer outro benefício previdenciário, ainda que o valor conjunto seja inferior ao salário mínimo.

Contudo, há exceções específicas à vedação de acumulação do BPC. A principal exceção refere-se aos benefícios de natureza indenizatória. Ou seja, aqueles que não têm caráter contributivo nem substitutivo de renda previdenciária. Pode-se citar os exemplos de benefícios que podem ser acumulados com o BPC: A Pensão especial de natureza indenizatória que são concedidas como uma forma de compensação por danos sofridos e não como substituição de renda do trabalho, a Assistência Médica, já que não considerada renda que substituem o trabalho, as Indenizações recebidas em virtude de danos morais ou materiais por ações judiciais, os Benefícios assistenciais de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e a Pensão alimentícia.

Salienta-se que há rendas que podem ser cumuladas e também não são computadas no cálculo da renda familiar per capita, quais sejam: o Auxílio financeiro temporário, a Indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens, e os Rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem.

Impende destacar que mesmo nos casos excepcionais, a renda per capita da família deve estar dentro dos limites legais ou ser avaliada sob o critério de vulnerabilidade, de acordo com o caso concreto.

Frise-se que se o beneficiário do BPC começar a receber aposentadoria, o pagamento do BPC será cessado automaticamente. Isso acontece em razão da acumulação ser vedada por norma legal. Desse modo, o beneficiário terá que optar entre continuar a receber o BPC ou a aposentadoria. Via de regra, a aposentadoria pode ser financeiramente mais vantajosa, mas isso depende do valor e das necessidades específicas do beneficiário.

Cumprido elencar que não há impedimento de outro membro do grupo familiar – que não titular do BPC – também receber um benefício, seja assistencial ou previdenciário, mas em geral esse valor será computado para o cálculo da renda familiar per capita. Salvo se a percepção de benefício (assistencial ou previdenciário) for de até um salário mínimo, quando esse membro da família é pessoa com deficiência ou maior de 65 anos de idade – nesse caso, a renda do benefício será excluída do cálculo de renda familiar per capita.

Assim sendo, cada caso deve ser analisado, pormenorizadamente, por advogado especializado, para que o beneficiário conte com a orientação jurídica necessária e competente, de modo a garantir o acesso ao BPC com segurança e evitar indeferimentos desnecessários.

QUANDO SE COMPARTILHA O CONHECIMENTO, SE MULTIPLICA A SABEDORIA.

Autoria de Débora Lima.

Advogada Especialista.

E-mail: debora_82@hotmail.com

Paraná tem o maior caixa livre do Brasil para novos investimentos

O Paraná é destaque nacional de solvência fiscal e está entre poucos estados do Brasil que têm mais dinheiro em caixa do que dívidas, segundo levantamento da Secretaria de Estado da Fazenda divulgado na quinta-feira (19).

O principal destaque é a disponibilidade de caixa líquido, sem vinculações em despesas. Neste indicador, o Paraná tinha R\$ 10,5 bilhões de caixa livre para ser utilizado em janeiro de 2026. O desempenho paranaense supera grandes entes com economias maiores, como São Paulo, que aparece em segundo lugar com R\$ 5,9 bilhões, Paraíba, com R\$ 4 bilhões, e Santa Catarina, com R\$ 3,9 bilhões.

Com essa margem o Paraná tem conseguido ampliar os investimentos. O Estado reuniu o maior volume de investimentos para um mês de janeiro de toda a sua história em 2026. Foram mais de R\$ 776 milhões empenhados já no primeiro mês do ano, valor 181% maior do que o recorde anterior, registrado em

2025, quando o Estado destinou R\$ 276 milhões para este fim. Em comparação com 2019 (R\$ 32 milhões), o aumento é superior a 24 vezes.

O Governo do Paraná também encerrou 2025 com R\$ 7,18 bilhões em investimentos empenhados, o maior valor já registrado na história do Estado. O montante superou o desempenho de 2024 (R\$ 6,41 bilhões) e representa mais que o dobro do volume registrado em 2018, que foi de R\$ 3,2 bilhões.

O relatório aponta outro dado importante. Além da liderança nacional em disponibilidade total de caixa, o Paraná tem a 3ª menor dívida consolidada líquida do País, com um saldo de R\$ 3,5 bilhões negativo. Apenas o Espírito Santo (-R\$ 14,7 bilhões) e o Mato Grosso (-R\$ 5,6 bilhões) possuem dívidas menores, mas têm disponibilidade de caixa menores que o Paraná. Isso quer dizer que o Paraná pode quitar todas as dívidas, mesmo herdadas, e ainda sobriam R\$ 3,5 bilhões.

Esse é um dos motivos que fez com que o Paraná não aderisse ao Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), do governo federal. Apenas cinco estados não entraram no programa. O Estado do Paraná tem Receita Corrente Líquida superior a R\$ 71 bilhões.

Para o secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, a saúde financeira do Paraná é medida pela sua capacidade de honrar seus compromissos. “Hoje, o Estado ostenta a nota máxima (Capag A+) pela responsabilidade fiscal imposta nos últimos anos e tem dinheiro em caixa mesmo com a redução de 45% no IPVA para 2026. Esse bom desempenho da receita financeira é reflexo da qualidade da gestão do caixa estadual, com ganhos de eficiência na aplicação dos recursos públicos, dos juros elevados e do crescimento da atividade econômica”, afirma.

O Governo do Estado mantém projetos bilionários

em andamento, principalmente de desenvolvimento urbano, como o Asfalto Novo, Vida Nova, que vai pavimentar todas as áreas urbanas das 399 cidades, e programa de pavimentação sobre pedras poliédricas, e o Ilumina Paraná, cuja objetivo é implementar 100% de iluminação com LED. O Estado também tem o maior programa de pavimentação e duplicação de rodovias de concreto, com quase 800 quilômetros, e de habitação, com mais de 130 mil famílias atendidas, principalmente na modalidade de Valor de Entrada.

Em paralelo, o Estado criou um Fundo Estratégico voltado à gestão fiscal, sustentabilidade, enfrentamento de desastres e investimentos a longo prazo. Com isso, o Estado passa a contar com uma peça importante para o desenvolvimento econômico paranaense para os próximos anos. Ele será dividido em três reservas, cada uma com finalidades e regras próprias.

(AENPR)

A sua segurança em PRIMEIRO LUGAR

MAUER CORRETORA DE SEGUROS DESDE 2019

100% ON-LINE

SOLICITE ORÇAMENTO PELO TELEFONE/ WHATSAPP:

WWW.MAUERSEGUROS.COM.BR **(41) 3387-8350**

Fazemos seguros para todos os tipos de veículos.

SEGURO DE AUTOMÓVEIS

SEGURO DE CAMINHÕES

SEGURO DE MOTOS

SEGURO DE BICICLETAS

OFICINA E PEÇAS PARA CAMINHÕES

Está procurando uma mecânica de qualidade para fazer a manutenção da sua frota?

MKG DIESEL OFERECE:

- Profissionais capacitados
- Peças com qualidade e garantia
- Preço justo

Faça seu orçamento sem compromisso

[41] **3011-1872 | 99189-8630**

Rua Leonor Negrelo Baldan, 55 - Bairro Tatuquara - Curitiba

Com investimento de R\$ 9,4 milhões, Estado planeja concluir seis parques urbanos em 2026

O Governo do Estado planeja entregar seis novos parques urbanos em 2026. Os projetos, financiados com recursos do Instituto Água e Terra (IAT) com apoio das prefeituras municipais, estão em execução em Ouro Verde do Oeste, no Oeste do Paraná; Nova Londrina, Santa Cruz de Monte Castelo e Querência do Norte, no Noroeste; e Arapongas e Assaí, no Norte.

A proposta visa recuperar áreas sujeitas a ações erosivas ou regiões de fundo de vale que sofrem de degradação ambiental, alinhando a preservação do ecossistema local ao turismo e lazer. O investimento é de R\$ 9.491.216,69.

Desde a implementação do projeto, em 2019, 51 parques foram construídos em municípios de diferentes regiões do Paraná, com aplicação de R\$ 51.233.294,66. Para o novo ciclo, entre 2027 e 2029, a previsão é de concluir mais 31 estruturas, com investimento de R\$ 60.072.396,80. O IAT é vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (Sedest).

“São recursos com impacto direto na conservação do meio ambiente do Paraná, o Estado mais sus-



Foto: Denis Ferreira Netto/SEDEST

tentável do Brasil. Além de promover o turismo responsável, garantimos o nosso patrimônio verde, a preservação da natureza”, afirmou o secretário estadual do Desenvolvimento Sustentável, Rafael Greca.

O projeto Parques Urbanos é uma parceria entre o IAT e as prefeituras paranaenses, que incentiva a criação de parques em regiões de fundo de vale ou áreas com ações erosivas. Uma das características comuns às áreas de fundo de vale é a presença de recursos hídricos, o que aponta para a existência de Áreas de Preservação Permanente Ecológica (APP).

Além das funções de recuperação ambiental, os parques urbanos contam com outras iniciativas de

promoção da sustentabilidade. Uma delas é o Poliniza Paraná, que desde 2021 é presença obrigatória em todos os espaços ligados ao projeto. A iniciativa prevê a instalação de colmeias de abelhas sem ferrão para auxiliar na conservação de espécies nativas e para complementar as ações de educação ambiental dos locais.

Outro projeto parceiro é o Espaço Educador Sustentável, que consiste na implementação de atividades de promoção da educação ambiental. Por meio da ação, os locais ganham hortas urbanas, que estimulam o engajamento da população com o meio ambiente, e jardins dos sentidos, que desenvolvem a sensibilidade sensorial-ambiental

dos visitantes.

“As mudanças já são claras: áreas antes marcadas por erosão, assoreamento e descarte irregular foram recuperadas e deram lugar a parques modernos e áreas verdes revitalizadas. Além de melhorar o meio ambiente, esses espaços trazem benefícios sociais, oferecendo lazer, convivência e bem-estar à população”, explicou a chefe de Divisão do Setor de Projetos Especiais da Diretoria de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos do IAT, Melissa Assis Teixeira.

“Iniciativas como hortas urbanas, jardim dos sentidos e os meliponários do Poliniza Paraná reforçam o caráter educativo e comunitário dos parques urbanos”, completou.

Após a identificação de uma área apropriada, os municípios enviam um pré-projeto ao Setor de Projetos Especiais do IAT para avaliação do Instituto. Uma vez aprovado, o IAT repassa os recursos financeiros para a execução do projeto por meio de um convênio, conforme o andamento da obra. É necessário que o município tenha a licença ambiental e a outorga ou dispensa de outorga para o uso da água emitidas pelo Instituto. (AENPR)

UEM obtém novos registros no INPI e amplia portfólio de inovação tecnológica

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) inicia 2026 com importantes avanços na área de propriedade intelectual com a concessão de registros de programas de computador e a participação em uma patente concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). As conquistas reforçam o papel da universidade na transformação do conhecimento científico em soluções tecnológicas protegidas, com potencial de aplicação acadêmica, institucional, industrial e social.

Entre os registros concedidos estão os softwares Obsidiana, Acesso_COR e HystTools 1.0, todos com a UEM como titular. As certificações asseguram o reconhecimento formal da autoria, a titularidade institucional e a organização jurídica das soluções, conforme a legislação brasileira aplicada a programas de computador, com validade de 50 anos.

O software Obsidiana, desenvolvido a partir de tecnologias web, foi criado pelos pesquisadores Gustavo Menon Miranda, Márcia Regina Paiva e Ronaldo Raniere Bezerra. A ferramenta possui potencial de uso institucional e acadêmico e passa a integrar o conjunto de ativos digitais oficialmente protegidos da universidade.

Segundo Márcia Regina Paiva, diretora da Biblioteca Central da UEM e uma das inventoras, o registro assegura a autoria e a titularidade institucional do software. “Além de organizar juridicamente seu uso e possíveis desdobramentos em outras frentes administrativas e acadêmicas”, diz.

Já o Acesso_COR – Aplicativo de Geolocalização, Tempo de Deslocamento e Acessibilidade aos Serviços de Reperfunção Coronária no Estado do Paraná, foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar formada por Luciano de Andrade, Carlos Eduardo Arruda, Juraci Leandro Júnior, João Marcelo de Souza Baptista, Hudson Rogério Wagner Leandro, Gustavo Cezar Wagner Leandro, Felipe Hideaki Ueda, Mateus Amorim Aboboreira, Miyoko Massago, Amanda de Carvalho Dutra e Sanderland José Tavares Gurgel.

A solução utiliza geolocalização e análise de acessibilidade para apoiar decisões rápidas no atendimento ao infarto agudo do miocárdio. “O aplicativo amplia a aplicação prática de pesquisas desenvolvidas na universidade, com potencial impacto direto na redução da mortalidade cardiovascular e na gestão dos serviços de urgência do SUS”, diz o professor Luciano de Andrade, do Departamento de Medicina.

Outro registro recente é o HystTools 1.0, desenvolvido na linguagem Python e voltado ao processamento e à análise computacional. O software tem como inventores Luiz Fernando Cotica, Gabriel Tolardo Colombo, Gustavo Sanguino Dias e Ivair Aparecido dos Santos, ampliando o conjunto de soluções tecnológicas protegidas produzidas no âmbito da UEM.

Além dos registros de programas de computador, pesquisadores da UEM também integram a equipe de inventores da patente “Aparato experimental para medidas de temperatura e pressão em sistema pressurizado”, concedida pelo INPI em 13 de janeiro, em cotitularidade com a Petrobras, responsável pelo pedido e pela gestão da patente.

A invenção propõe um aparato experimental para aquisição online de dados de pressão e temperatura durante a expansão de espécies gasosas em altas pressões, contribuindo para maior precisão na análise do coeficiente Joule-Thomson, com impactos diretos na segurança operacional e na eficiência de processos industriais.

A equipe de inventores da patente é composta pelos pesquisadores Lúcio Cardozo Filho, Paulo Cardozo Carvalho de Araújo, Regiani Aparecida de Almeida, Ricardo Vicente de Paula, Sebastião Paschoal Guerra, Vladimir Ferreira Cabral e João Rafael Perroni Ciambelli, reunindo especialistas de diferentes áreas do conhecimento.

As conquistas refletem a atuação do Núcleo de Inovação Tecnológica da UEM (NIT-UEM) na proteção e valorização dos resultados da pesquisa científica, fortalecendo a interação entre universidade, setor produtivo e sociedade. Ao ampliar seu portfólio de ativos de propriedade intelectual, a UEM consolida-se como um ambiente estratégico para o desenvolvimento de tecnologias com impacto real em áreas como saúde, computação e indústria.

O NIT-UEM foi criado para atender à Lei de Inovação nº 10.973/2004 e hoje é um dos principais elos entre a UEM e o setor empresarial, promovendo um ambiente favorável à inovação e desempenhando um papel importante na promoção da inovação tecnológica e do empreendedorismo na comunidade acadêmica. Sua atuação permite que os resultados das pesquisas acadêmicas sejam aplicados na solução de problemas reais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de Maringá, da região, do Paraná e do Brasil.

(AENPR)

Quaresma de 2026 terá tilápia mais barata para os paranaenses, aponta Deral

O início da Quaresma em 2026 tem uma boa notícia para os consumidores paranaenses. Segundo a pesquisa de preços do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, divulgada no boletim semanal, o principal produto da piscicultura paranaense, a tilápia, apresentou uma redução de 5% no preço do filé no varejo em relação a janeiro de 2025. Dados do IPCA, índice oficial de inflação calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reforçam essa tendência apontando uma queda de cerca de 12%. O movimento de preços favorece o aumento das vendas em supermercados e peixarias no momento de pico de procura por peixes.

O Paraná é um dos principais polos pesqueiros do País justamente pela liderança na produção e exportação de tilápia, uma das espécies mais procuradas pelos consumidores. Em 2024, o Estado alcançou produção de 250 mil toneladas, alta de 17% em comparação com 213 mil toneladas no ano anterior.

No setor de ovos, que acompanha a tradicional mi-

gração do consumo de carnes vermelhas para proteínas alternativas, houve aumento no valor de comercialização em Curitiba, impulsionados pela volta às aulas e pela queda sazonal na produção nacional. Esse movimento é explicado pela combinação da demanda aquecida pelas compras institucionais para merenda escolar e pelo período religioso, que se estende até o início de abril.

“Mas apesar da elevação recente, o preço dos ovos não deve alcançar os mesmos patamares observados em 2025. Para as próximas semanas, a expectativa é de estabilidade, movimento que deve permanecer até o encerramento da Quaresma”, diz a médica veterinária e analista do Deral, Priscila Cavalheiro Marcenovicz. O boletim do Deral aponta que o valor atual ainda é 22,4% inferior ao registrado em 2025.

Na cebolicultura, a safra 2025/2026 está encerrada. Foram colhidas 116,8 mil toneladas (t) em 2,8 mil hectares (ha), 9,5% inferior à estação anterior quando produzimos 129,1 mil t. A região de Curitiba consolida sua importância no setor, ocupando a segunda posição no ranking

estadual com 28,5% do volume colhido, ficando atrás apenas de Guarapuava.

Mesmo com essa produção robusta, o excesso de oferta nacional derrubou os preços recebidos pelo agricultor. O cenário exige que os produtores locais escalonem as vendas das 34,7 mil toneladas ainda em estoque.

O mercado externo de aves segue demonstrando fôlego. O Paraná encerrou o último ciclo consolidado como o terceiro maior exportador nacional de carne de peru, registrando um salto de 61,7% na receita cambial e 9% no volume embarcado. Com destinos estratégicos como México e Chile apresentando crescimentos expressivos na demanda, o Estado reafirma sua força no mercado global de proteína animal, aproveitando a valorização do produto “in natura” para injetar divisas robustas na economia estadual.

No acumulado de janeiro a dezembro de 2025, segundo o boletim do Deral, os principais estados produtores e exportadores foram, nesta ordem, Santa Catarina (US\$ 102,023 milhões e 29.487 toneladas), Rio Grande do Sul

(US\$ 59,804 milhões e 21.102 toneladas) e Paraná (US\$ 49,858 milhões e 14.875 toneladas).

Os principais destinos das exportações de carne de peru nos doze meses de 2025 foram: México (16.310 toneladas e US\$ 77,561 milhões), Chile (7.886 toneladas e US\$ 34,351 milhões), África do Sul (5.686 toneladas e US\$ 9,420 milhões), Peru (3.886 toneladas e US\$ 8,428 milhões) e Reino Unido (3.742 toneladas e US\$ 22,112 milhões).

O ano começa com uma relação de troca de 25,75 litros de leite por saca de milho na média estadual, valor mais alto que a média de 2025 (24,73 litros/saca). A relação de troca litros de leite/saca de milho é um dos principais indicadores de custos de produção na pecuária leiteira. Ainda que as médias não indiquem um custo desproporcional, as realidades locais podem ser diferentes. Atualmente, algumas regiões do Estado apontam preço médio recebido abaixo de R\$ 2,00 por litro posto na indústria, o que impacta significativamente na relação de troca.

(AENPR)

Tese da AGU obriga autor de feminicídio a ressarcir pensão do INSS

Ações para responsabilizar financeiramente condenados por feminicídio por despesas com pensões por morte concedidas pelo INSS estão na mira da Advocacia-Geral da União (AGU).

Os processos com essa finalidade ajuizados pelo órgão federal cresceram oito vezes nos últimos três anos: passaram de 12, em 2023, para 54 em 2024 e, no ano passado, chegaram a 100. São as chamadas ações regressivas por feminicídio.

CASO DE MARÍLIA

No início deste mês, por exemplo, a 2ª Vara Federal de Marília, em São Paulo, condenou um homem a ressarcir o Instituto Nacional do Segu-

ro Social (INSS) pelos valores pagos com a pensão por morte em favor da dependente da ex-companheira, falecida em decorrência de crime qualificado como feminicídio praticado por ele.

A filha do casal tinha apenas dois anos de idade na época. O homem foi condenado pelo Tribunal do Júri à pena de 26 anos de reclusão.

Em razão do óbito, o INSS concedeu pensão à criança a partir de setembro de 2021, no valor mensal de R\$ 1.518, com estimativa de manutenção até março de 2040. Com a ação regressiva, o homem terá de ressarcir a União pelos valores pagos e os futuros, assumindo o ônus financeiro da concessão do benefício, por ter sido o causa-

Foto: José Cruz/ABR



dor real do dano. Desenvolvida pela AGU, a tese quer alcançar todos os benefícios previdenciários que forem pagos em decorrência de um feminicídio.

Em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o objetivo é cruzar dados nacionais de condenações com as informações do

INSS, como explica Adriana Venturini, procuradora-geral Federal da AGU.

“A ideia é que agora a gente consiga fazer parcerias com todas as 27 unidades da federação através do CNJ. E, com o cruzamento dos dados, a gente possibilite que nenhum pagamento previdenciário decorrente de violência do-

méstica fique sem uma resposta da AGU no sentido de cobrar do agressor o ressarcimento. Porque não deve ficar a responsabilidade para a sociedade”.

A iniciativa busca ainda evitar que o próprio réu figure como beneficiário da pensão por morte, ressalta a representante da AGU.

“Assim que há condenação por feminicídio, o INSS é comunicado e ele evita que o pagamento seja feito se for em benefício do próprio réu. Se for em benefício do filho menor, o pagamento da pensão acontece automaticamente, porque ele não pode ser revitimizado, mas a gente cobra do causador da morte”.

Atualmente, a experiência está presente em 13 unidades da federação. Somente no ano

passado, os processos cobraram 113 pensões por morte, com expectativa de recuperação de R\$ 25 milhões aos cofres públicos.

Para Adriana Venturini, essa política não se restringe ao ressarcimento financeiro aos cofres públicos, mas dialoga com iniciativas consolidadas de combate à violência de gênero.

“A ideia é que tenha um impacto preventivo e pedagógico, pensando na perspectiva da cultura de responsabilização integral”.

A AGU prepara o ajuizamento de dezenas de novas ações regressivas por feminicídio para o próximo mês, quando é celebrado o Dia Internacional da Mulher.

(Agência Brasil)

O MELHOR ESTÚDIO DE ALAGOAS

Televisores para projeções de logo marca, vinheta, propagandas e conteúdo em geral.

Locação a partir de 1h de duração, para gravação e/ou transmissão

Estúdio flexível com opções de cenários personalizados para podcasts, vídeos, aulas, lives, propagandas e muito mais.

Capacidade para até 4 pessoas na área de gravação e 2 acompanhantes na área de convivência.

As luzes do painel de fundo adaptam-se às cores da sua logomarca ou preferência.

Locação de Estúdios

Aqui temos diversos pacotes para atender suas necessidades. Ofertamos nossos produtos na modalidade **pré e pós-paga**.

localização

Está localizado no Norcon Empresarial, salas 510 e 511. Em frente ao Macelô Shopping, Av. Comendador Gustavo Palma, 2789 - Mangabeiras, Maceió - AL, 57037-532

Serviços Inclusos

Aluguel do estúdio completo, equipamentos e cenografia

Produtor de audiovisual (direção de gravação)

Entrega dos arquivos de áudio e vídeo em até 2h*
(Câmeras e microfones individuais - vídeo e áudio editados pela mesa de captura)

Recepção acolhedora para receber os convidados

GRAVAÇÃO DE PODCAST

- Captação com 3 câmeras simultâneas
- Microfones profissionais
- Iluminação de estúdio profissional
- Operador técnico na gravação
- Orientação técnica durante o processo
- Arquivos entregues em 24h em alta resolução

PRODUÇÃO DE AULAS E CURSOS

- Cenário neutro ou personalizado
- Gravação com até 3 câmeras
- Microfonação com lapela
- Iluminação específica para cursos
- Operador técnico no estúdio
- Arquivos em alta resolução entregues em 24h

CAPTAÇÃO DE VÍDEO PUBLICITÁRIO ou INSTITUCIONAL

- Briefing detalhado antes da gravação
- Captação com equipamentos profissionais
- Microfonação adequada ao ambiente
- Iluminação de apoio
- Direção de cena durante as gravações
- Arquivos entregues em alta qualidade

ENSAIOS FOTOGRÁFICOS PUBLICITÁRIO CORPORATIVO

- Sessão com duração a partir de 1h
- Orientação de poses
- Variedade de fundos e cenários
- Tratamento de cor e luz
- Direção de cena durante as gravações
- Arquivos entregues em alta qualidade

Aqui criamos o seu Podcast do Zero

CONQUISTE SUA AUTORIDADE NO DIGITAL

Infraestrutura de Alto Padrão
Nosso estúdio é equipado com tecnologia de ponta, proporcionando áudio e vídeo com qualidade profissional para que seu conteúdo tenha impacto e credibilidade.

Gravação e Edição Premium
Conte com uma equipe especializada para cuidar de cada detalhe da produção, garantindo um produto final refinado, envolvente e pronto para conquistar sua audiência.

Identidade Visual e Branding
Criamos logotipo, vinheta, thumbnail e identidade visual completa, alinhadas à estratégia da sua marca para que você se destaque em meio à concorrência com mídia kit para patrocínios.

Distribuição Estratégica
Seu conteúdo será publicado e promovido nas principais plataformas: Spotify e YouTube. Além da produção, oferecemos estratégias personalizadas para posicionar seu podcast ou vídeos como referência no mercado.

Consultoria e Mentoria Especializada
Além da produção, oferecemos estratégias personalizadas para posicionar seu podcast ou vídeos como referência no mercado.

Monetização e Crescimento
Quer transformar seu conteúdo em um negócio rentável? Auxiliamos na criação de estratégias de monetização, parcerias e crescimento orgânico e pago.

PARA DÚVIDAS OU outros serviços

Entre em contato
82 98113-8668 @g3producoesdigitais

O MELHOR ESTÚDIO DE ALAGOAS

Aqui criamos o seu Podcast do Zero
CONQUISTE SUA AUTORIDADE NO DIGITAL

Entre em contato
82 98113-8668

SP inicia campanha de vacinação com a Butantan-DV e é primeiro estado a distribuir imunizante para todos os municípios

O Governo de São Paulo iniciou na segunda-feira (9) a campanha de vacinação contra a dengue com a Butantan-DV, em todos os 645 municípios paulistas. Desenvolvida pelo Instituto Butantan, a vacina é a primeira do mundo em dose única e que induz proteção contra os quatro sorotipos da dengue. Nesta primeira etapa, a imunização será destinada aos profissionais da Atenção Primária à Saúde, da rede municipal.

Para o início da campanha, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) enviou 99 mil doses ao estado. A estimativa é que cerca de 216 mil profissionais da atenção básica, entre médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, sejam imunizados ao longo da ação. A estratégia

foi articulada pela Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD), por meio do Centro de Vigilância Epidemiológica de São Paulo, em parceria com os Grupos de Vigilância Epidemiológica (GVEs) de todas as regiões do Estado, o Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosems-SP) e o Ministério da Saúde. Nesta semana, a Pasta promoveu a primeira reunião técnica com os GVEs, além de capacitações para a rede organizar a campanha.

A tecnologia da Butantan-DV representa um avanço relevante ao permitir uma imunização mais rápida da população, além de reduzir custos e simplificar a logística de aplicação em campanhas de grande escala.

Produzida em São Paulo, a vacina é resultado de



Foto: Governo de SP

anos de pesquisa e inovação científica e tem potencial para impactar diretamente a redução de casos graves da doença. A distribuição das doses foi coordenada pela Secretaria de Estado da Saúde, com envio aos municípios de acordo com critérios técnicos e a capacidade operacional de cada região.

Até o dia 5 de fevereiro, o estado de São Paulo registrou 4.647 casos de den-

gue e um óbito. Em 2025, já foram confirmados 882.884 casos e 1.124 óbitos no território paulista, reforçando a importância da ampliação das estratégias de prevenção e imunização. Vacina da dengue do Butantan é eficaz e segura

A aprovação da Butantan-DV é sustentada pelos resultados de cinco anos de acompanhamento dos voluntários do ensaio clínico de fase 3 encaminhados à

Anvisa. No público de 12 a 59 anos, o imunizante mostrou 74,7% de eficácia geral e 91,6% de eficácia contra dengue grave e com sinais de alarme. O estudo, conduzido entre 2016 e 2024, avaliou a Butantan-DV em mais de 16 mil voluntários residentes de 14 estados brasileiros. Resultados anteriores do acompanhamento de dois e 3,7 anos foram publicados no The New England Journal of Medicine e na The Lancet Infectious Diseases, respectivamente.

Composto pelos quatro sorotipos do vírus da dengue, o imunizante se mostrou seguro e eficaz tanto em pessoas com infecção prévia como naquelas que nunca tiveram contato com o patógeno. A maioria das reações foi leve a moderada, sendo as principais dor e vermelhidão no local da

injeção, dor de cabeça e fadiga. Eventos adversos sérios relacionados à vacina foram raros e todas as pessoas se recuperaram.

Os benefícios da dose única foram descritos em um relatório publicado por pesquisadores do Reino Unido na Human Vaccines & Immunotherapeutics, em 2018. O estudo apontou que programas de imunização com menos doses estão associados a uma melhor cobertura vacinal e enfrentamento da doença.

Para ampliar o público autorizado a receber o imunizante, recentemente, o Instituto Butantan começou a recrutar voluntários de 60 a 79 anos para ensaios clínicos da Butantan-DV em quatro centros de pesquisa em Porto Alegre e Pelotas, no Rio Grande do Sul, e um em Curitiba, no Paraná. (Gov Estado de SP)

Hackers do Bem abre 25 mil vagas para formação em cibersegurança

Em um cenário de crescimento acelerado de golpes digitais e ataques cibernéticos, o programa Hackers do Bem, iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) executada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), anunciou a abertura de 25 mil novas vagas para 2026 nos cursos de nivelamento e básico.

A ampliação ocorre em meio à escassez global de profissionais de cibersegurança. Segundo a organização internacional ISC², o déficit mundial supera 4,8 milhões de especialistas. No Brasil, a carência de mão de obra qualificada também pressiona empresas e órgãos públicos a investirem em formação técnica

para proteger dados e infraestruturas digitais.

Desde o lançamento, em janeiro de 2024, mais de 36 mil alunos foram certificados pelo programa. Para o diretor-adjunto da Escola Superior de Redes (ESR), Leandro Guimarães, a expansão consolida o caráter estratégico da iniciativa:

“São profissionais treinados para identificar vulnerabilidades, prevenir ataques e fortalecer sistemas digitais com ética e responsabilidade. Ao contrário da imagem associada à invasão criminosa, esses especialistas atuam na linha de frente da defesa cibernética”, explica.

Guimarães afirma que o programa já se tornou refe-

rência. “O Hackers do Bem já se consolidou como uma das maiores iniciativas nacionais e internacionais de formação em cibersegurança. Esse sucesso permitiu ampliar o acesso de jovens e profissionais às oportunidades de capacitação e inserção no mercado”, diz.

Em um setor historicamente masculino, onde as mulheres representam cerca de 22% dos profissionais, o programa tem atraído perfis diversos. Aos 52 anos, Patrícia Monfardini, servidora pública em Contagem (MG), decidiu mudar de área. “Foi um desafio enorme. Não sabia nada sobre TI, mas, com muita persistência, cheguei à especialização em Red Team.

Chorei, estudei e, no final, venci”, relata.

Hoje, além de concluir a residência tecnológica, Patrícia iniciou o curso de Engenharia de Software.

“Muitas pessoas ignoram o quanto é necessário proteger nossas informações. O programa não prepara apenas indivíduos, fortalece toda a sociedade.”

Diante do aumento de vazamentos de dados, fraudes financeiras e ataques a serviços essenciais, a formação de especialistas passou a integrar a agenda estratégica do governo federal.

O diretor da Escola Superior de Redes (ESR), Leandro Guimarães, completa: “Mais do que atender ao mercado, o

Hackers do Bem busca consolidar a cibersegurança como política pública permanente, formando profissionais preparados para proteger sistemas críticos e fortalecer a soberania tecnológica do país”

QUEM PODE PARTICIPAR?

Não há pré-requisito para participar. Estudantes do ensino técnico, médio ou da universidade, profissionais da área de TI que procuram se especializar e até quem quer migrar de área de conhecimento podem se inscrever. A formação não requer experiência prévia na área de cibersegurança.

COMO FUNCIONA?

A formação começa pelo curso de nivelamento. Após a conclusão, o participante pode avançar para o básico. Os níveis fundamental e especialização incluem aulas ao vivo e atividades práticas em laboratório. A etapa final é a residência T-tecnológica, com atuação prática nos escritórios regionais da RNP e bolsa mensal durante seis meses.

INSCRIÇÕES

Exclusivamente pelo site oficial do programa: <https://hackersdobem.org.br>

(Agência Brasil)

Dino proíbe novas leis que garantam “penduricalhos” acima do teto

Em uma decisão complementar proferida na quinta-feira (19), o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu a publicação e a aplicação de novas leis sobre o pagamento a servidores públicos de parcelas remuneratórias e indenizatórias que ultrapassem o Teto Constitucional, os chamados “penduricalhos”.

“Essa determinação vale inclusive para a edição de novos atos normativos pelos Poderes ou órgãos constitucionalmente autônomos”, destacou o ministro.

Segundo ele, a decisão visa a “esclarecer e complementar” a decisão liminar do último dia 5, quando o ministro determinou a suspensão de pagamentos realizados sem previsão legal expressa.

A decisão estende o bloqueio dos pagamentos também ao reconhecimento de supostos direitos retroativos que não eram pagos até a data da liminar original. E mantém o prazo de 60 dias para “todos os órgãos publicarem as verbas remuneratórias e indenim-

zatórias que dependem, com a indicação específica das leis que as fundamentam”, ou da norma que as legitimam, no caso de ato infralegal.

A medida se aplica a instituições federais, estaduais e municipais que, na prática, deverão publicar e dar publicidade à folha de pagamento detalhada de seus servidores. Na liminar do último dia 5, Dino já tinha destacado que, “para quem manuseia dinheiro público”, “não bastam expressões genéricas como: “direitos even-

tuais”; “direitos pessoais”; “indenizações”; “remuneração paradigma”, entre outras constantes de Portais de Transparência”, que devem ser substituídas por indicações precisas que permitam o controle sobre os gastos públicos.

TETO CONSTITUCIONAL

A determinação ocorre no âmbito de uma ação que contesta o pagamento de verbas a agentes públicos que elevam os venci-

mentos mensais a patamares superiores ao teto máximo do funcionalismo, atualmente de R\$ R\$ 46.366,19 (valor que corresponde ao subsídio pago aos ministros do STF).

Em sua mais recente manifestação, tornada pública na manhã da quinta-feira, Dino e sua assessoria reproduzem argumentos jurídicos segundo os quais a ausência de uma lei nacional sobre o tema, conforme exigido pela Emenda Constitucional nº 135/2024, impede que órgãos e poderes autônomos criem gratifica-

ções ou indenizações por conta própria.

O caso agora segue para o referendo do Plenário do STF, que deve apreciar a questão no próximo dia 25, quando já estava agendada a votação da liminar inicial.

“No tocante aos agravos e embargos interpostos, aguarde-se a apreciação quanto ao referendo da liminar pelo Plenário do STF, quando serão estabelecidos os contornos da tutela liminar antes deferida e agora complementada”, decretou Dino.

(Agência Brasil)



PSICANÁLISE

DÉBORA LIMA

RAQUEL LIMA

[41] **9 9525-9015**

psicoequilibrium11

Av. Cândido Hartmann, 528 - sala 66
Edifício Champagnat Executive Center



POTENCIALIZE O SUCESSO DO SEU NEGÓCIO COM A BRASIL CONTABILIDADE

Entre em contato conosco, estamos prontos para te auxiliar e ajudar sua empresa.

 (41) 98461-0941
  <https://brasilcont.com.br/>
 brasil_contabilidade

Avenida Marechal Floriano Peixoto, 3006, Parolin - Curitiba/PR